

3 A Revitalização do Centro do Rio Antigo

A expansão da urbanização do Rio ocorreu do Centro em direção às Zonas Sul e Zona Norte e mais tarde para Zona Oeste, provocando o desinteresse do Centro do Rio como principal área de serviços para outros bairros que passaram a assumir funções, até então, restritas àquela área. Os bairros Botafogo, Copacabana, Ipanema, Tijuca, Méier, Madureira e Barra da Tijuca se consolidaram como alternativas para as empresas sediarem seus negócios, repercutindo no esvaziamento da dinâmica econômica do Centro.

Em meados de 1950 aumentaram as ações de renovação urbana, a primazia do transporte individual levou à abertura de vias expressas, provocando demolições e alterações em diversos bairros e principalmente na área central.

A mudança da capital do país em 1960 contribuiu, enormemente, para a diminuição de poder econômico da cidade, impactando diretamente o Centro, onde grande parte da burocracia federal se concentrava. Nessa mesma década o Governador Carlos Lacerda privilegiara o transporte rodoviário que descentralizava as atividades. Seguindo a tendência geral de difusão das cidades e abandono de seus centros históricos, o plano propôs a central de negócios em Santa Cruz, mais tarde na Barra da Tijuca (1970) e Baixada de Jacarepaguá, propondo alternativas empresariais.

Associado a esse contexto e estimulado pelo crescimento do período “milagre econômico” nas décadas de 1960 e 1970, o Centro do Rio acompanhou um movimento de intensa verticalização, ocorrido principalmente em alguns bairros, que abrigavam novas centralidades. Curiosamente houve consenso por parte dos arquitetos e técnicos do IPHAN¹⁶, Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, em torno do modernismo e proteção do patrimônio, como

¹⁶ IPHAN é um órgão do Governo Federal encarregado da política nacional de preservação do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional. Dada a impossibilidade do IPHAN manter, com recursos do governo federal, uma agenda atualizada de conservação e manutenção desse patrimônio, a descentralização das políticas de preservação no Brasil representou uma etapa em que o patrimônio vem sendo incorporado e articulado com às políticas urbanas, o desenvolvimento regional e o incremento do turismo. (Frugoli, 2006 p. 26)

explicação para as transformações, apesar de diversas reações de inconformismo provocadas por essas mudanças.

A recuperação do Centro do Rio combinou preservação do patrimônio local e requalificação. Este processo foi iniciado pelo Prefeito Israel Klabin (1979 – 1980), que tomou a decisão política de concretizar o projeto “Corredor Cultural”¹⁷; a estratégia consistia em fortalecer a idéia de preservar e requalificar. Foi criada a Câmara Técnica do Corredor Cultural¹⁸ que contou, desde o seu início, com apoio de muitos intelectuais cariocas que deram projeção ao projeto como Nélida Piñon, Sérgio Cabral e outros chamando atenção para a descaracterização da fisionomia da cidade. O apoio dado pela imprensa contribuiu para a popularização da posição de preservação, motivado pelo potencial da área central para atividades de lazer, turismo e comércio.

A idéia de revitalizar o Centro refere-se ao processo de recuperação da área, refletindo e reforçando a proposta da sociedade carioca. As intervenções urbanísticas foram mais intensas no período de 1995/1996. A imprensa apoiou fortemente as iniciativas de melhoramentos dando grande cobertura. Por isso, muitas vezes a idéia de Revitalização ficou sendo confundida com o projeto de “Corredor Cultural”, o qual passou a significar, de forma mais ampla, qualquer tentativa de recuperação de conteúdo histórico em outros bairros do Rio.

O IPHAN interferiu propondo a implementação de políticas públicas para o patrimônio que se caracteriza, principalmente por ações de proteção legal e numa visão estratégica de preservação e necessidade de identidade. Criou ao mesmo tempo a recuperação física dos imóveis, como a isenção de IPTU e da taxa de obra (Custodio, 1988).

Uma das principais conseqüências do “Corredor Cultural” foi a definição da APACs, Áreas de Proteção do Ambiente Cultural construída nas áreas centrais, que visam à melhoria das condições de moradias nas áreas de intervenção, preservando o valor cultural das edificações e buscando dinamizar a vida econômica, social e cultural, através dos valores do próprio bairro. Esta política urbana tinha no discurso o ideal de evitar a desertificação ou o isolamento dessas áreas que apresentavam riscos de marginalidade.

¹⁷ Decreto 2556/80 criou a Comissão Especial de Implantação do Corredor Cultural.

¹⁸ Resolução 195 do Secretário Municipal de Planejamento em 28/9/1979

A proposta de manutenção dos bairros é que a população universitária e as famílias jovens que ao se formarem, tenham um meio de trabalho e suporte socioeconômico eliminando, assim, o fluxo de furtos e a proliferação de cidades dormitórias na periferia com o deslocamento para outros bairros. Assim, na proposta de manutenção se valoriza a identificação dos habitantes com a paisagem de cada rua, prática de fundamental importância nesse processo de recuperação.

Na década de 1980 acentuou-se o processo de esvaziamento do Centro do Rio, após o sistema financeiro ligado à Bolsa de Valores do Rio ter sido transferido para São Paulo, que se consolidou como a cidade de maior núcleo financeiro do país. O Jornal O Globo publicou, em 21/05/2007, que em 1994 havia 56 sedes de bancos na cidade, cuja localização era no Centro do Rio, no ano de 2000, esse número foi reduzido a 36 sedes, sendo que nenhuma correspondia aos 10 maiores bancos do país.

A crise econômica representou um enorme aumento da pobreza. Diversas famílias perderam suas moradias, indo se juntar àquelas que já viviam nas ruas, realizando pequenos serviços como guardador de automóveis ou recolhimento de material reciclável, ou seja, catando lixo, o que foi um fenômeno forte no Centro do Rio. Alguns trabalhadores não dispendo de recursos para realizar a viagem diária de ida e volta para casa passaram a pernoitar nas ruas. Assim, algumas praças passaram a ser ocupadas e a serem consideradas como local de pernoite aumentando, assim, a própria população de rua que acabou afastando outros possíveis frequentadores ou interesse de empresários em fixar, na área, um estabelecimento.

Abaixo apresentaremos dois depoimentos colhidos no material de apoio para um trabalho de campo realizado pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) sobre a Preservação e requalificação do Centro do Rio:

“Os investimentos públicos e privados, no Centro diminuíram e a decadência dos espaços físicos e das edificações passou a refletir tal situação. A falta de manutenção permitiu a deterioração da pavimentação dos calçadões. A escassez de vagas para automóveis no Centro, comum a qualquer grande metrópole, levou a invasão indiscriminada por parte dos carros, de calçadas e praças, com vários flanelinhas explorando e o descaso da autoridade visível. Os constantes vazamentos de esgotos, a escassez de água, a má qualidade da telefonia, a iluminação precária, e a falta de segurança estavam expulsando todos os empresários bem intencionados, só mesmo aqueles que não podiam ou que tinham um grande apreço pelo local não se mudavam.” (Magalhães, 2002:2)

Pode-se reconhecer na citação os elementos que caracterizam o processo de requalificação do Centro do Rio, a partir de 1990 pela concepção “*city marketing*” expressão muito utilizada para considerar a cidade como mercadoria global que se mobiliza a partir da competitividade entre as cidades e por isso necessita atrair fluxos de capital para garantir a sua sobrevivência e seu crescimento.

O depoimento a seguir é uma resposta do Secretário de Cultura Roberto Medina, no lançamento do Guia Rio 2007, que ocorreu no Centro Cultural Banco do Brasil e contou com várias autoridades e empresários do Centro do Rio, sobre qual a proposta de revitalização do Rio: “é importante que o próprio local seja por ele mesmo um produto de prateleira, para despertar interesse de consumo e desejo.”

O Centro do Rio detém, portanto, uma relevante combinação de recursos patrimoniais e econômicos. É o principal centro financeiro do estado e o segundo centro financeiro do país. A área possui uma grande concentração de centros culturais, museus, bibliotecas e salas de espetáculo de cinema e teatro, sendo a área da cidade mais bem dotada de equipamentos culturais, amplo e diversificado comércio, prestadoras de serviços públicos e privados, sedes de empresas estatais, aeroporto, imponentes praças e restaurantes, botequins, bares e café.

Podemos constatar diversos equipamentos culturais de grande porte. Paço Imperial (1985), este processo teve seqüência com a abertura do Centro Cultural Banco do Brasil – CCBB (1989), da Casa França Brasil (1990), do Espaço Cultural dos Correios (1993), do Centro Cultural Light (1994), do Centro de Artes Hélio Oiticica (1996), do Espaço Cultural da Marinha (1998), da reforma e revalorização do Cine Odeon (2000), e do Centro Cultural Justiça Federal (2001), na Cinelândia. Além desses, ganharam novo impulso o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), o Museu Histórico Nacional e a Fundação Progresso. Foram abertos outros espaços culturais de menor porte como o da Academia Brasileira de Letras, o da Faculdade Cândido Mendes, o do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), o Centro de Eventos Empresariais Bolsa do Rio e o da Caixa Econômica Federal. (Magalhães, 2002)

Todos esses locais valorizam o patrimônio cultural, porém vale ressaltar que a cultura não só constitui os bens móveis ou imóveis públicos ou privados, mas sim também as manifestações que vão contribuir para a consolidação da

identidade de um grupo social, dando forma de uso aos bens preservados sem retirar o significado destes (Magalhães, 2002).

A valorização cultural na concepção da revitalização da cidade está ligada a uma tendência mundial de utilização da cultura como dinamizadora de recuperação urbana e como propulsora de processos de revitalização de áreas degradadas. A cultura passa a ser um processo de consumo de mais e mais pessoas, do qual as exposições, as feiras e os eventos passam ser o grande atrativo. Porém, reconhecemos o risco de manipulação dessa produção, já que tudo passa a ser visto como um produto a partir da concepção do mercado, guiado pelo consumo.

Na competição entre as cidades, torna-se necessário um diferencial de atratividade. Para isso, recorre-se à valorização do cenário cultural local. As expressões artísticas e o patrimônio histórico ficam evidenciados como pontos importantes. A valorização da idéia de identidade cultural com apelo à preservação do patrimônio histórico fica sendo a possibilidade de visibilidade pelos consumidores. Nesse contexto, torna-se oportuno por parte dos empresários a articulação com Estado para preservar o patrimônio, num processo de valorização do seu potencial a partir da perspectiva do mercado.

A visão de Henry-Pierre (2005) merece ser considerada, pois levanta uma questão crítica do processo de revitalização. Ele afirma que o processo adotado em praticamente todas as cidades para revitalização tem, na verdade, promovido um processo de esvaziamento dessas regiões pela grande ênfase que é dada às estratégias de atrair turistas, que tornam as cidades homogêneas e desinteressantes. O autor exemplifica o caso do Pelourinho, em Salvador, que provocou certa artificialidade e, a população do lugar foi praticamente expulsa. “A prática hoje é: antes a gente expulsa, depois restaura tudo, estetiza para a população mais rica que chega morar ali” (Pierre, 2008)

Segundo o autor a explicação é devido ao custo, custa caro manter a população local, pois exige um investimento em moradias e de educação como forma de conscientização da importância de preservar os espaços. Com o intuito de atrair um público mais rico, restaurantes e bares, acabam expulsando a população local e mudando a configuração do lugar. Porém, poderíamos pensar em atrair o público mais privilegiado mantendo a população local, por meio da

arquitetura participativa, da qual os moradores e as instituições que ali atuam, com ajuda do governo, pudessem participar do processo.

Pierre (2008) acredita que esses modelos de revitalização podem causar fadiga no turista porque ele viaja e vê sempre a mesma coisa. O governo para evitar a fadiga acaba seguindo o mesmo caminho das outras cidades, com animações artísticas: festivais, festas e artistas de rua, essa forma é artificial, transformando o Centro num cenário de teatro, porque no momento que o governo parar de estimular os espaços ficam vazios.

Nesse sentido, podemos reconhecer que o potencial existe, a questão é encontrar uma forma de ação conjunta de valorizar o cotidiano do lugar, na busca da identidade que poderá conduzir a dinamização da cidade. Conseqüentemente, podemos imaginar uma política que permita à população um papel ativo na transformação e revitalização do local, valorizando o seu potencial.

No caso do Centro do Rio, não é muito diferente, os condutores da revitalização têm como objetivo principal dar visibilidade a cidade para atrair turistas e obter retorno financeiro. Percebe-se tal fato nas ofertas culturais das ruas que estão direcionadas para a classe média da cidade.

A influência dos empresários é muito forte, aliás, só com o apoio deles é que o processo de revitalização pode acontecer, cada ator, passa a ser um agente catalisador administrando as suas próprias situações e os seus conflitos de acordo com seu interesse, mas lutando pelo mesmo objetivo de reconhecimento e valorização do seu espaço.

No processo de revitalização do Centro do Rio pode ser visto, dentro do mesmo modelo, um processo de reafirmação do domínio do espaço do Centro pelas camadas mais favorecidas, numa disputa de projetos simbólicos e econômicos para aquele mesmo espaço. Tal disputa, já ocorrida no início do século com a Reforma proposta por Pereira Passos¹⁹, envolve, necessariamente,

¹⁹ O Rio de Janeiro enfrentava graves problemas sociais decorrentes, em larga medida, do seu crescimento rápido e desordenado. Com o declínio do trabalho escravo, a cidade passara a receber grandes contingentes de imigrantes europeus e de ex-escravos, atraídos pelas oportunidades que ali se abriam ao trabalho assalariado. Entre 1872 e 1890, sua população duplicou, passando de 274 mil para 522 mil habitantes. O incremento populacional e, particularmente, o aumento da pobreza agravaram a crise habitacional, traço constante da vida urbana no Rio desde meados do século XIX multiplicavam as habitações coletivas e onde eclodiam as violentas epidemias de febre amarela, varíola, cólera-morbo que conferiam à cidade fama internacional de porto sujo. A política higienistas propôs intervenções drásticas para restaurar o equilíbrio. O primeiro plano urbanístico para o Rio de Janeiro foi elaborado entre duas epidemias muito violentas (1873 e 1876), mas uma ação concreta nesse sentido levaria cerca de três décadas para se realizar. Foi a estabilidade político-

processos de elitização com características diferentes, a reforma de proposta por Pereira Passos era no intuito de abrir espaços para circulação e ampliação de novas vias, uma assepsia na cidade e para tal, os cortiços “cabeças de porco” deveriam ser destruídos por serem focos de doença. Hoje a revitalização mantém o mesmo foco de adequar a cidade para a população mais favorecida, mas a tônica fundamental é a da estética da beleza e da preservação dos espaços como forma de representar um diferencial atrativo para a captação de turistas.

Portanto, os objetivos da política pública e dos programas de ação preservacionistas, apesar de envolverem várias instituições e de refletirem o predomínio de uma concepção estético-funcional ligada a padrões das classes mais altas, não integram compromissos com formas de apropriação mais populares e adaptações provenientes da realidade social brasileira e da precariedade da infra-estrutura da cidade (Magalhães, 2002).

A lógica, como vem sendo demonstrado nessa exposição, tem sido ligada a ações que possam atrair retorno financeiro e por isso, não é surpresa, afastam qualquer segmento que possam criar obstáculo a essa finalidade. Por isso, o papel do Estado torna-se decisivo para garantir uma intervenção estruturada a partir de uma lógica inclusiva que crie condições de vida para todos.

Essa luta é para garantir os interesses de cada segmento, e acaba revelando embates, de um lado a população de rua e catadores de lixo – população mais carente, do outro lado, os donos bares, restaurante e proprietários de prédios

econômica, a duras penas alcançada no governo Campos Sales (1898-1902), que permitiu ao seu sucessor, Rodrigues Alves, promover, entre 1903 e 1906, o ambicioso programa de renovação urbana da capital. A reconstrução da cidade concretizou-se com a nomeação do engenheiro Pereira Passos como prefeito. O novo prefeito viabilizou a reorganização de áreas estratégicas do espaço urbano carioca, mediante a implantação de reformas conhecida como a Reforma Passos que desenrolou do final de 1902 a 1906. A reforma urbana sustentou-se no tripé saneamento – abertura de ruas – embelezamento, tendo por finalidade última atrair capitais estrangeiros para o país. Era preciso sanear a cidade e, para isso, as ruas deveriam ser necessariamente mais largas, criando condições para arejar, ventilar e iluminar melhor os prédios. Ruas mais largas estimulariam igualmente a adoção de um padrão arquitetônico mais digno de uma cidade-capital. Apoiada nas idéias de civilização, beleza e regeneração física e moral, a reforma promoveu uma intensa valorização do solo urbano da área central, atingindo diretamente a população de baixa renda que ali se concentrava. Nesse contexto aflorou na paisagem do Rio, ao lado das tradicionais habitações coletivas que se disseminaram nas áreas adjacentes ao centro, uma nova modalidade de habitação popular: a favela. Em fins de 1905, uma comissão nomeada pelo governo federal para examinar o problema das habitações populares constatou que as demolições de prédios iam muito além de todas as expectativas, forçando a população a "ter a vida errante dos vagabundos e, o que é pior, a ser tida como tal". A reforma da capital constituiu, sem dúvida, uma ruptura no processo de urbanização do Rio de Janeiro, um ponto de inflexão no qual a "cidade colonial" cedeu lugar, de forma definitiva à "cidade burguesa", moderna, do século XX, que tinha como parâmetros as metrópoles européias. Em novembro de 1906, quando Rodrigues Alves passou a faixa presidencial a Afonso Pena, o Rio – remodelado e saneado – já era apresentado como "a cidade mais linda do mundo", a "cidade maravilhosa".

antigos. Na medida em que percebem melhoria na localidade ou um movimento de revitalização voltam a se interessar por esse local reforçando, assim, os chamados “empresários culturais”.

Esses modelos descritos têm sido difundidos nos projetos de revitalização dos grandes centros. Nesse sentido, o cenário da revitalização do Centro do Rio faz com que os lugares onde a moradia é dominada por pessoas de baixa renda, as vendas de prédio e o preço dos alugueis, aumentam crescem significativamente por conta da estética e da valorização patrimonial. Esse processo cresce a partir da visibilidade cultural do espaço.

As áreas passam a ser recuperada por setores mais abastados das classes médias, que retornam ao Centro em busca das vantagens que sempre existiram, porém estavam abandonadas como: proximidades de moradia, trabalho, lazer e consumo que estão disponíveis nos quarteirões vizinhos para aqueles que se interessem em morar no centro da cidade.

Aos poucos galerias de arte, estúdios de artistas, restaurantes e cafés refinados surgem ampliando, formando o seu público e reafirmando a conquista do território central. Essas adequações acabam por significar novos valores, em consequência da reestruturação dos espaços significando uma enorme valorização imobiliária.

O depoimento abaixo foi colhido na reunião dos empresários do Pólo Novo Rio que é morador da área. Este fragmento da entrevista permite entender o sentimento daqueles que vivem e sentem todas as transformações do local. Ao ser perguntado como estava vendo o movimento de revitalização da cidade, o entrevistado declara:

“Pessoalmente, eu trabalho mais com exportação, a presença de turistas não muda muito a minha atividade. Eles compram pouco aqui, temos mercadoria pesada que eles não podem transportar para fora. De todas estas mudanças que estão acontecendo na rua, algumas até são boas, a rua fica mais segura. Não tem mais assaltos como antes. Mas existe uma verdadeira pressão para gente sair, nós que estamos aqui há mais de 28 anos. Os donos acordaram e querem aumentar o preço do aluguel... um preço louco, eles pedem! Daqui há dois anos, não vou ter recursos para segurar o meu local. Alguém vai comprar a preço de ouro e fazer um restaurante ou uma casa de show”. (Ednilson, 63, anos morador de um sobrado e proprietário de um antiquário no centro do Rio de Janeiro)

A tônica do debate dos anos 1970 e 1980 tinham a perspectiva que caberia ao Estado o papel a captação dos recursos e execução dos projetos. A posição era

mais, do que conservar um bem patrimonial era necessário repensar os seus usos, para justificar o investimento privado.

Nos anos 1990 a perspectiva de preservação voltada para o mercado foi acentuada. O conceito de revitalização no Centro do Rio de Janeiro se baseia na idéia de criar atividades geradoras de ganhos econômicos e de melhoria dos espaços públicos e privados, que poderiam ser mais bem aplicados em situações identificadas com os processos de elitização desses espaços “*gentrification*”²⁰.

Os processos de enobrecimento urbano ou “*gentrification*” tem exigido um novo olhar sobre a cidade, na medida em que as demarcações espaciais pelos usuários desses espaços parecem ser a forma dominante. Essa característica não poderia ser vista somente no aspecto do padrão estético de políticas de enobrecimento, que pretendem recuperar a dimensão pública e política da cidade para favorecer apenas aos consumidores, pois estaria dessa forma correndo risco de considerá-las como os únicos atores sociais os representantes do capital e das forças de mercado. Neste sentido, foi estabelecido a “*gentrificação*” no sentido clássico de expulsão de populações de baixa renda o que, na visão dos seus defensores, ao menos garante a contrapartida de revitalização física de partes da cidade que estavam em lento processo de morte por abandono. Concretamente, o processo de “*gentrificação*” se dá com a expulsão e afastamento dos residentes oriundos e carentes do local deixando claro que a prioridade é a imagem da cidade para se tornar competitiva e atraente.

A realidade atual da reestruturação do Centro do Rio de Janeiro ocorre dentro do processo de “*gentrificação*”. A revitalização física de prédios que estavam abandonados e a produção de um espaço que aparece como monopolizado por certos empresários tornam-se um espaço gerador de novas marginalizações, tanto do ponto de vista da ocupação e da participação de investidores e de moradores, quanto de usuários, consumidores de eventos culturais inabordáveis por segmentos mais pobres, mais pauperizados da população. E entre estas duas formas evolutivas que se alimentam entre si, os atores através de organizações resultantes das lutas de movimentos sociais

²⁰ Entende-se *gentrification* como aquelas intervenções urbanas voltadas ao *city marketing* ou à transformação de degradados sítios históricos em áreas de entretenimento urbano e consumo cultural. Objetivando modernizar recursos potenciais para melhor inserção na competição entre as cidades, através do uso estratégico do patrimônio. A mais recorrente característica dessas intervenções urbanas tem sido uma relocação estética do passado, cujo padrão alterado de práticas que mimetizam o espaço público torna o patrimônio uma mercadoria cultural, passível de ser reapropriada pela população e pelo capital.

urbanos, desde seu início, tiveram o apoio de muitos intelectuais cariocas e técnicos do setor público preocupados com a descaracterização da fisionomia da cidade. As reivindicações preservacionistas acabaram encontrando apoio de setores dos empresariados e do governo, motivados pelo potencial da área central para atividades de lazer, turismo e comércio. (Mesentier, 1992)

Dessa forma, o predomínio de uma visão estético-funcional ligada a padrões das classes mais altas, não permitiu mesclar o processo com compromissos com formas de apropriação espacial mais popular que incluía todos os segmentos pertencentes à localidade que trariam adaptações provenientes da realidade social brasileira e da precariedade da infra-estrutura da cidade.

Enobrecidas, as antigas edificações parecem distante do cotidiano dos moradores simples do Centro do Rio, mas a presença constante de ruídos visuais, ou seja, da pobreza no cenário “enobrecido” parece querer lembrar a todo instante a realidade de abandono que nem sempre se apaga com cores vivas e com modelos excludentes pautados na estética e beleza. Tais atos poderiam ser compreendidos num cenário da diversidade como simples manifestações cotidianas, que num país de desigualdades vai sempre existir, mas não são os moradores de rua e catadores de lixo que passam a ser algo que deva se enfrentado e que sugere o confronto e o afastamento, sem qualquer encaminhamento social.

As transgressões dos moradores de rua e catadores de lixo não são expressões passivas, que poderiam ser deslocados para qualquer outra área, principalmente nos trechos mais calmos e onde dificilmente essas pessoas seriam incomodadas. No entanto, esses moradores buscam exatamente aquilo que não é desejado ao processo de revitalização do Centro do Rio, ou seja, desejam a visibilidade onde se concentra maior quantidade de empresas e pessoas circulando. Desprovidos de moradia, enquanto espaço de sociabilidade privada e proteção dos excessos da exposição os moradores de rua agridem a paisagem enobrecida do local.

Quando o plano de revitalização fala em devolver o Centro aos cidadãos, referisse, obviamente, a quem de fato já possuía alguma inserção social e direitos reconhecidos; os empresários. Dentro da política urbana da prefeitura o discurso é ambíguo e privilegia participação cidadã, porém, desde que não atrapalhe ou não impeça o norte da revitalização, que é o capital financeiro. O Estado se revela não

como garantidor de direitos para todos, mas, sim como protetor dos interesses privados.

Nos momentos de maior movimento e circulação, os catadores e os moradores de rua que mais perturbam e inevitavelmente aparecem escapando do controle daqueles que os querem bem longe da paisagem que tenta ser enobrecida.

Enquanto o desejo de estar no centro dos acontecimentos se torna mais forte por vários atores urbanos, as ações em torno da revitalização aparecem fechadas, não só por conta da pressão fundiária e do aumento dos preços imobiliários e de consumo, mas pelo próprio processo democrático que elas seguem. Portanto, a realidade do planejamento urbanístico municipal está bem distante dos objetivos de uma participação cidadã.

A harmonização do local, nem sempre é o mais provável, os conflitos que caracterizam a requalificação se expressam no dia-a-dia, catadores de lixo e moradores de rua não são facilmente afastados. Aparecem para os empresários, principalmente, para as micro e pequena empresas como algo fora da identidade cultural do lugar, devendo ser removidos da rua. A estratégia é reprimir, remover ou pelo menos controlá-los para não atrapalhar as atividades produtivas e seus serviços.

A idéia de “tirar os moradores de rua ou catadores de lixo do bairro” é feita de todas as formas possíveis o sistema de segurança proposto é feita através de empresas contratadas que utilizam se acharem necessário até a violência e a postura corporal e o olhar de intimidação são mecanismos que têm sua eficiência.

O trecho a seguir mostra a visão de um empresário sobre a localidade e o que significa a presença da população mais carente. Esse depoimento foi colhido na reunião do Pólo Novo Rio ao entrevistarmos empresários sobre o que poderia ser feito para revitalização do Centro do Rio.

“Tudo é muito abandonado. Mulheres com roupas muito simples ficam sentadas em bancos de madeira da Cinelândia. Alguns dos meninos de rua dormiam nos bancos, outros desafiavam a aparente normalidade e cheiravam cola. Muitas pessoas evitavam ficar até mais tarde temendo ser abordada por algum inconveniente”. (Empresário do setor hoteleiro. Entrevista abril 2007).

A existência de três fatores para este entrevistado justifica o reinvestimento no centro da cidade, os quais vêm fornecendo as bases para as ações públicas e privadas naquela área: o esvaziamento econômico, a valorização da cultura e a questão da falta de controle das questões de segurança e das demandas sociais.

A existência dos fatores: esvaziamento econômico, valorização da cultura e a questão da falta de controle na segurança e nas demandas sociais, para as pessoas que foram entrevistadas, justificam um novo investimento no Centro do Rio. O próximo depoimento também foi colhido na reunião do Pólo sobre a revitalização: “A gente se preocupa muito com a manutenção desse local, o Centro do Rio é a menina dos olhos de quem vive aqui.” (Empresário, setor de varejo março/ 2007).

A revitalização do Centro acabou despertando a atenção de várias instituições universitárias, que vieram juntar-se às aquelas já existentes. O IBPINET, Instituto Brasileiro de Pesquisa em Informática, instalou-se na rua do Mercado e na segunda metade da década de 1990 as universidades Gama Filho, Estácio de Sá e Castelo Branco se instalaram no Centro. Em 2001, os cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas, seguido do CCE da PUC, se fixaram no Castelo, e a Faculdade de Direito Evandro Lins e Silva na Rua da Quitanda.

A Lapa é um bairro marcado por mitos e fantasias representado tanto pelos moradores quanto pelos atores públicos que ficam no espaço central da boêmia, que foi habitado por personagens revestidos de exotismo e decadência e que até hoje representa o palco da materialização tropical da *Belle Époque*, e a concentração de todos os tráficos, sejam, sexuais ou ligados às drogas configurando uma diversidade que atrai e repudia as pessoas.

A valorização dessa imagem, que é controversa do local, permitiu o desenvolvimento de uma economia essencialmente noturna e baseada na cultura do samba e da boêmia. Verifica-se na Lapa, desde os anos de 1990, a produção de um patrimônio urbano específico, constituído de realidades e imagens de malandragem, da prostituição e, mais comumente, da decadência urbana e social. Essa simbologia, estruturada por vários lugares de animação e de criatividade da noite carioca, dá força a vários lugares próximos, a partir da extensão da dinâmica cultural do bairro em direção às ruas adjacentes.

A Rua do Lavradio é parte do centro histórico do Rio de Janeiro, por sua forma e localização, essa rua aparece também como uma ligação entre Lapa e Praça Tiradentes, dois locais centrais do ponto de vista do patrimônio cultural da cidade, incluídos no programa de Corredor Cultural. Essa rua é o oposto da Lapa, representa um local da elite carioca por sua vida artística social e política isto porque a Rua do Lavradio tem grande importância cultural e arquitetônica. Aberta

em 1771, ela foi uma das primeiras ruas residenciais da cidade, além de moradia era também o local de encontro de poetas, escritores, tipógrafos, políticos, artistas que fizeram a história do Rio. Essa rua sofreu mudanças com a perda de sua população residente quando foi proibido que o local fosse moradia, na década de 1970 pelo Decreto de Lei 122 de 03/03/1976, gerando um grande impacto negativo para a região, que acabou diminuindo o poder econômico do local em função da mudança dessa população, que já estava consolidada no local.

A forte presença dos antiquários no local permitiu que, em 1996, a Feira de Antiguidades na Rua do Lavradio fosse aberta. Segundo os empresários da localidade, tal movimento surtiu um efeito positivo, pois a abertura desse local dinamizou o comércio e chamou atenção para a localidade, influenciando os bares e as lanchonetes existentes e contribuindo para reestruturar tanto o conjunto de atores sociais quanto a economia do lugar. Os comerciantes estabelecidos, os expositores da feira, os camelôs, os moradores de rua e os catadores de lixo compõem, em diversos momentos, a vida desse espaço fazendo parte do dia-a-dia do local. A proposta de transformação arquitetônica, cultural e econômica conduz e envolve certamente, a confrontação de vários interesses produzindo novos tipos de pressões, conflitos e colaborações. O apoio a feira de Antiguidades é revelado no depoimento a seguir:

“Á participamos de vários eventos e acredito que seja fundamental a feira de Antiguidade, parece ser a um marco da imagem daqui. Os comerciantes já estão vendo que a coisa deu certo. Por isso vira e mexe tem alguma coisa para dar badalação para chamar atenção.” (Entrevista abril, 2007).

O programa de revitalização da Rua do Lavradio é implementado como âncora, através de medidas institucionais estruturadas em torno da preservação patrimonial pelo poder público. Por esse dinamismo a elite cultural local, tanto no século XIX, quanto hoje, passa a fazer parte do “Corredor Cultural” e é associada ao programa do IPHAN de conservação e de valorização do seu patrimônio histórico.

Assim como nas outras cidades latino-americanas, a decadência do Centro e a longa inércia do poder público contribuíram para impedir as iniciativas atuais de revitalização em termos de transporte, apropriação da área por atividades informais e por moradores de baixa renda.

Segue abaixo um depoimento de um entrevistado que mostra a potencialidade da área como um local de encontro e de entretenimento.

“Às vezes saio do trabalho com a cabeça tão quente que sinto necessidade de ver gente, tomar um chopp, mesmo não tendo dinheiro, só olhar isso já me tranqüiliza e me dá força para ir para casa”. (Funcionário da empresa de varejo, março/ 2007)

Nesse depoimento é possível perceber que mesmo que a cidade seja violenta, ou suja, ela sempre será atrativa, pois possui a característica de permitir que às pessoas aprendam a viver com desconhecidos e compartilhar experiências e interesses diversos

As cidades e os espaços locais são ambientes privilegiados, que estão em constante evolução e constituem o âmbito da diversidade criativa, onde a perspectiva do encontro de tudo aquilo que é diferente e distinto torna possível o desenvolvimento humano integral (Borja, 1997).

A cidade é o lugar concreto e efetivo onde as vontades humanas podem se encontrar, pelos entrecruzamentos, onde o homem encontra a si mesmo e aos outros com a possibilidade de fazer ou não vínculos.

“A paranóia mixofobia alimenta-se e atua como uma profecia auto-realizadora. Se a segregação é oferecida e assumida como a cura radical para o perigo representado pelos estranhos, a coabitação com estes torna-se mais difícil a cada dia. Homogeneizar os bairros residenciais e depois reduzir a um mínimo inevitável todo o comércio e a comunicação entre eles é uma receita certa para tornar mais intenso e profundo estímulo a destruir e segregar.” (Bauman, Zygmunt, 2004)

No que diz respeito à revitalização urbana do Centro do Rio e ao estímulo à intervenção social das micro e pequenas empresas em recuperar a função urbana, no caso específico do Centro do Rio de Janeiro se reafirma como o lugar dos encontros, e o processo de globalização, embora contraditório, permite transpor fronteiras. Ele gera deslocamentos e mobilidade ao mesmo tempo, acentua, tanto, a homogeneidade de pessoas, quanto, a diversidade e o confronto de diferentes modos de vida, criando, assim, redes de comunicações que ligam regiões do globo instantaneamente, fator que poderá fortalecer, de maneira paradoxal, as políticas de proximidade. O Centro do Rio de Janeiro em menor escala e no que diz respeito ao ambiente das cidades pode desempenhar tal papel.

Desse modo o Centro do Rio, no que tange ao estímulo da ação social, pode transformar-se no espaço dos intercâmbios com forte característica associativa e, nesse processo de construção diária da cidade, a cultura local junto com uma prática social tem um papel chave, pois permite a criação de valores democráticos e de convivência. O Centro do Rio, como já foi assinalado, neste texto apresenta a

peculiaridade de contar com inúmeros prédios históricos e casas de espetáculo, sobretudo, na Lapa. Esses prédios diretamente ligados à vida cotidiana das pessoas que têm nessa região da cidade seu local de trabalho ou de acesso ao mesmo para atender as demandas, as pressões, as necessidades e as aspirações aos diversos modos de vida. As políticas culturais para a revitalização da cidadania devem privilegiar a esfera circunscrita das cidades, como anotou Teixeira Coelho (1979), que o desenho de toda política cultural deve basear-se na idéia de que a cultura é a chave mestra de toda política pública.

Afirmar a centralidade da ação social das micro e pequenas empresas, nesse contexto, é reconhecer dois aspectos fundamentais e contraditórios de um processo: de um lado está associado ao desenvolvimento para uma parcela da população que consome os produtos, as novas ofertas da localidade; e de outro lado está a expulsão da população mais carente que incomoda e que ninguém deseja ver, ou seja, a população que se beneficia das melhorias e a mesma que exclui os menos favorecidos.

A capacidade de participar da cultura, criá-la e negá-la às gerações futuras deveria ser um indicador de melhorias sociais e econômicas para todos, porém, não é isso que ocorre.

Qualquer intervenção social que faça sentido para os micro e pequenos empresários está inscrito na esfera palatável do consumo da cidade. Na revitalização a cidade todos esses agentes devem ser protagonista das políticas públicas e privadas. Portanto, conhecer sua realidade torna-se tarefa primordial para a formulação dessas políticas para o estabelecimento das prioridades, para a criação de estratégias e para que novas proposições sejam possíveis. Em vista disso, pode-se dizer que o Centro do Rio pode ser considerado um grande laboratório de experimentos de uma política pública e privada para responder às demandas sociais e à valorização da localidade.

O fomento às intervenções sociais no Centro do Rio deve visar à dinamização das atividades culturais, a garantia da preservação das tradições culturais locais, a transformação da cultura em um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população e a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural.

Aqui o mercado ganha centralidade e o discurso crítico desaparece, porém é de fundamental importância que se estabeleça uma colaboração efetiva entre os

diversos segmentos que intervêm no Centro do Rio, tanto no âmbito federal, estadual, municipal e privado dado a importância da revitalização para que possa produzir projetos inclusivos que visem o caminho da solução dos problemas efetivos.

Demarcadas essas considerações da dinâmica do Centro do Rio, pretendemos apresentar o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro²¹ a partir do poder público e da ação social das micro e pequenas empresas.

3.1

Planejamento Estratégico para Cidade do Rio de Janeiro

Entre o início de 1993 e setembro de 1995 foi consolidado um acordo entre a Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) e a Prefeitura para elaboração do I Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), posteriormente, intitulado “Rio Sempre Rio”. Para tanto, foi necessário a formação de um consórcio mantenedor e majoritariamente composto por empresas ou organizações privadas com consultoria de técnicos catalães²².

O plano é definido como um instrumento de planejamento da cidadania organizada, que mesmo não se propondo a constituir uma agenda de prioridades incorpora em sua estratégia o uso sustentável dos recursos e preservação. A estrutura administrativa contou com o Comitê Executivo, o Conselho Diretor e o Conselho da Cidade, órgão que supervisiona e aprova as estratégias do plano e sua implantação.

²¹ O I PECRJ, chamado “Rio Sempre Rio” foi elaborado no final em setembro 1995, refere-se também à revitalização do Centro do Rio. A revitalização do Centro foi proposta da consultoria de técnicos catalães que buscou atribuir o papel de articular e de ser foco de atração da cidade, e o reforço da condição da cidade como pólo cultural, através do desenvolvimento de um trabalho de marketing, tendo como objetivo o “Centro do Rio” como mercado cultural. Relatório Final Plano Estratégico da Cidade, 1995.

²² Consultores: Tubsá/Tecnologies Urbanes Barcelona S.A. Relatório Final do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro,

O custeio da elaboração do plano e da manutenção das estruturas formais permanentes é feito pelo consórcio formado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, Federação das Indústrias do estado e prefeitura do município, contando com a adesão de empresas públicas e privadas.

Em toda esta estrutura a participação popular esteve, significativamente, ausente. O produto buscado é um Centro com renovado poder simbólico, que se inserisse no processo de construção de uma maior competitividade econômica para a cidade do Rio. O arquiteto Augusto Ivan, ex-Subprefeito do Centro afirma:

“(...) é preciso pensar o Centro estrategicamente, como gerador de economia para a cidade. Além de assegurar memória e identidade, o Centro precisa contar com investimentos em atividades da economia contemporânea.” (Pinheiro, 2000)

Nessa dinâmica, o processo fica caracterizado por intervenções físicas com um programa que envolve melhorias urbanas, criação de condições de maior controle do espaço público, valorização de monumentos e a recuperação de áreas degradadas. A outra característica, representada por ações de cunho administrativo, como a criação de parcerias e a implementação de programas de controle social, tem sido popularizada no Rio de Janeiro pelo prefeito César Maia em nome da ordem urbana. Foram instituídas para a administração pública municipal e subprefeituras com a principal atribuição de representar o Prefeito junto à comunidade local, coordenando as Administrações Regionais de sua área e agilizando as reivindicações junto aos órgãos competentes.

A existência dessas duas características é fortalecida pelo arquiteto Augusto Ivan, que sempre se referiu ao processo de revitalização como “arrumação da casa” no que diz respeito a execução de obras como: a recuperação de logradouros, ornamentação, iluminação, gerência do espaço público, em que as prioridades são questões relacionadas à sensação de segurança e à eliminação da sensação de caos e organização.

A elaboração de um diagnóstico da cidade foi atividade inicial e propulsora da dinâmica da elaboração do I PECRJ. Sua metodologia, elaborada pelos consultores do PECRJ, seguiu uma classificação polarizada em dois tipos de diagnóstico: um favorável e outro desfavorável.

“Tornar o Rio uma metrópole com crescente qualidade de vida, socialmente integrada, respeitosa da coisa pública e que confirme sua vocação para a cultura e a alegria de viver. Uma metrópole empreendedora e competitiva, com a capacidade para ser um centro de pensamento, de geração de negócios para o país e sua conexão privilegiada com o exterior.” (Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Rio Sempre Rio, 1996)

Nesse sentido, o I PCRJ pretendeu ser abrangente sem perder a visão mercadológica associada ao empreendedorismo como grande motivador das políticas de gestão urbana com a preocupação de realizar um “projeto de cidade”. Para isso as estratégias e os objetivos gerais foram:

1. Carioca do século XXI: oferecer às pessoas oportunidades e facilidades para o acesso ao emprego e aos bens sociais e culturais mais amplos. É nessa estratégia que se encontram as políticas de geração de emprego e renda, inclusive a criação de políticas de estímulo à criação de cooperativas. Do conjunto das ações propostas criou-se a Secretária de Trabalho e Renda do Município, hoje, chamada de Secretária Municipal de Trabalho e Emprego;
2. Rio Acolhedor: Melhorar a relação da cidade com o seu entorno é uma exigência de qualidade do ambiente urbano necessária para conseguir que o Rio de Janeiro seja identificado como uma cidade receptiva, funcional e capaz de promover e ampliar a convivência e a vizinhança;
3. Rio Participativo: As profundas transformações da vida urbana obrigam a mudanças na estrutura do governo local, à reorganização da vida comunitária, ao incremento da participação coletiva na construção da cidade, a novas formas de cidadania e convivência, e uma administração pública eficaz e eficiente, que estabeleça novas formas de relação e comunicação com o cidadão;
4. Rio Integrado: O processo de integração crescente será pautado no equilíbrio territorial e de novas centralidades que facilitem a difusão da qualidade urbana por toda a cidade, normalização da habitação, o fortalecimento do centro e a melhor mobilidade dos cidadãos. É nesta estratégia que se insere o projeto “Favela Bairro”, voltado para a integração urbana das favelas à cidade e financiado em parceria pela prefeitura e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento;
5. Portas do Rio: A cidade do Rio de Janeiro se configura como um centro articulador da região metropolitana e, ao mesmo tempo, com uma significativa importância na economia do país. Esta

situação privilegiada exige que suas portas de entrada e suas infra-estruturas de acesso sejam adequadas para os importantes fluxos econômicos. A ligação com a Zona Sul, Norte e Oeste com o Centro é um pré-requisito para que o Rio seja um pólo integrador da região metropolitana. Há um conjunto significativo de ações e projetos no campo das tecnologias de informação visando adotar a cidade de condições de infra-estrutura para atração das empresas. A mais emblemática foi a construção do Teleporto do Rio de Janeiro. Contudo este projeto se insere em uma estratégia mais abrangente de reestruturação urbana da área da Cidade Nova, no Centro do Rio, bairro onde fica a Prefeitura. É importante destacar dentre os resultados alcançados, a implementação de políticas de reestruturação urbana desta localidade iniciadas e conduzidas através de parcerias públicas e privada;

6. Rio Competitivo: Recuperar a competitividade do Rio, no contexto da economia globalizada, enfrentando os desafios para modernização dos processos produtivos, tais como: o fortalecimento dos setores emergentes, a implantação de serviços avançados e a potencialização de tecnologias e inovações. No conjunto desta estratégia, encontra-se a idéia de inserção da cidade do Rio de Janeiro nas formas de avaliação internacional;
7. Rio 2004, Pólo Regional, Nacional e Internacional: Esta estratégia foi estruturada integralmente a partir da candidatura do Rio de Janeiro às Olimpíadas de 2004, mas sua intenção ultrapassa, em muito, o evento em questão. O Rio desenvolverá uma série de projetos com prazos definidos e efeitos sobre sua imagem interna e externa, de modo a se tornar um pólo de atratividade regional, nacional e internacional. As ações e projetos de marketing da cidade são transversais e sustentadoras desta estratégia e responsáveis pela criação, venda e consumo de uma marca da cidade. Para tanto, os grandes eventos e equipamentos urbanos culturais passam a operar como agregadores de valor a marca da cidade.

Essas estratégias fazem do I PECRJ ganhar vida e institucionalidade destacando-se como o primeiro passo no planejamento estratégico, que procura superar a crise que já foi descrita na sessão anterior e propor melhorias que chamem atenção para as potencialidades da marca do Rio. “A marca do Rio” será o ponto forte para buscar ações que viabilizem a integração entre o público e o privado (IPECRJ – Rio Sempre Rio, 1996). Para o Projeto Rio Sempre Rio:

“As grandes cidades latino-americanas emergem, na década de 1990, como atores políticos e econômicos. A consolidação deste novo papel dependerá da possibilidade de estímulo de grandes projetos de cidade que contem com uma participação ativa dos principais agentes públicos e privados e conquistem um amplo consenso público. As grandes cidades devem responder a cinco objetivos: nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade. A resposta a estes objetivos requer um projeto de cidade cuja construção pode apoiar-se em elementos diferenciados. Um bom exemplo é a sensação de crise que provocou, em algumas cidades, uma reação conjunta do governo local e dos primeiros agentes econômicos na realização de uma transformação da infra-estrutura para valorizar as potencialidades e dar encaminhamento às mazelas da localidade.” (Castels, 1996)

Todos esses itens mostram a tentativa do poder público em reverter a situação do Rio, através de ações que tem seu norte na valorização da identidade local para se tornar um produto à vista do mercado interessante.

O próprio aspecto de número quatro o Programa Favela Bairro, significa desenvolvimento de projetos de regularização de loteamentos ou de construção de conjuntos habitacionais periféricos, propondo uma integração favela e asfalto, procurando quebrar o isolamento. Fica claro que existe o desejo de melhorar radicalmente a qualidade de vida e gerar uma experiência com o foco, mas sem o conflito com as tradições culturais.

Para Compans (1997) o Plano Estratégico da Cidade é acima de tudo um documento norteador da política urbana e por seus promotores como um plano de toda uma cidade que quer ser acolhedora, participativa, competitiva e integradora e deseja dar ao carioca acesso e oportunidades para uma vida melhor, ou seja, uma cidade pólo de atratividade regional, nacional e internacional.

Torna-se fundamental compreender, portanto, quais os conteúdos do chamado “projeto cidade”, para que a partir desse cenário possam estudar as ações sociais das micro e pequenas empresas sobre a ótica dos atores presentes na localidade que mais “perturbam”, ou melhor, uma população que é representada pela sua condição, o que existe de mais precário, a população de rua e os catadores de lixo.

3.2

II Planejamento Estratégico da cidade do Rio de Janeiro e as Ações Sociais

A nova fase do 2º Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro e as ações sócias considera separadamente as características, as aspirações e a identidade segundo critérios históricos e geográficos. “As cidades da Cidade” considera, portanto, as tendências e vocações de cada região, adotando como principal fundamento a busca do diálogo direto com a população, através de comissões regionais abertas à participação de qualquer cidadão e formadas com o objetivo de pensar, conceber e realizar o futuro desejável e possível para a região e, a partir dela, para a cidade.

Na etapa inicial dos trabalhos do primeiro Plano Estratégico - “Rio Sempre Rio” - buscou-se compreender o Rio situando-o diante de novos fenômenos expressivos como: a globalização e o aparecimento do conceito de cidades globais. Desde logo se rejeitou a idéia de recorte setorial da cidade, voltando o plano para suas destinações práticas, para elaboração do diagnóstico da cidade e para busca de ações de consenso nas fases subseqüentes, em frente a crescente importância que assume a competição entre as cidades. Os responsáveis pela gestão das metrópoles eram chamados ao desafio de intermediar a lógica do mercado e a lógica da cidadania, devendo as transformações através do diálogo resultar em qualidade de vida e competitividade.

No decorrer da década de 1990, estudos acadêmicos dos modelos de desenvolvimento concentraram-se em entender por que o nível de crescimento econômico variava tanto entre as diversas regiões, cidades e nações, mesmo dispondo elas de condições similares em fatores produtivos, tais como: capital e mão de obra tecnológica. Os desequilíbrios regionais pré-existentes, somados aos decorrentes da reorganização produtiva internacional, conhecida como globalização, passou a ser estudados como características intrínsecas.

Partindo do pressuposto de que se estimulando as potencialidades locais, ou fatores internos, os efeitos negativos da globalização tenderiam a ser minimizados, pois fatores decisivos para o desenvolvimento de uma região são

determinados dentro dela e não externamente. Regiões estrategicamente dotadas ou direcionadas para desenvolver internamente recursos como qualidade das instituições, acesso ao conhecimento e informação, capital social e humano e investimentos em pesquisas chegaram a um desenvolvimento equilibrado.

Nesse sentido, a posição de se reafirmar a gestão eficiente da cidade ganha centralidade na consolidação do II PECRJ, que propõe ajuste e novas estratégias. Cria-se o “Risco Rio”²³ para alcançar e medir uma gestão eficiente e um ambiente de negócios favorável, a situação financeira do Rio precisa passar pelos processos de classificação das agências de qualificação de risco de crédito a fim de se transformar em uma referência sólida de investimento, para isso é necessário reduzir o “Risco Rio”, pois sem ele fica muito mais difícil se conquista uma posição no mercado mundial.

Na verdade, essa consideração longe de ser proativa era, sim, uma exigência do Banco Mundial em sua estratégia de desenvolvimento para os governos locais dos municípios. Estes passaram a compor uma nova política de fomento do Banco. São princípios que fundamentam as políticas de desenvolvimento econômico local para as cidades e que define um novo marco de aprofundamento dos ajustes dos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Assim, sob os títulos de “Boa Gestão” de governo e “administração” e “solvência financeira” estão as condições básicas para as cidades se tornarem competitivas segundo o critério do mercado mundial.

No primeiro tema mencionado é estimulado o desenvolvimento de projetos urbanos, financiados pelo BIRD, com experiências práticas dos governos municipais e as parcerias público-privada visando o aumento da participação do setor privado na prestação de serviços urbanos e a concentração da ação do Estado em uma gestão eficiente, para que os pobres sejam beneficiados.

Já no segundo tema, “solvência financeira”, encontra-se as recomendações que permitem viabilizar a visão do BIRD sobre a equação “competitividade associada à cidadania plena, a mesma visão que estruturou o I PCRJ. Isso significa transformar os trabalhadores dos segmentos mais pauperizados da população local em consumidores, ou, contribuinte do serviço público. Assim, a

²³ Risco Rio é a demonstração da solidez financeira da cidade, avalia-se a receita e o patrimônio, que servem como referência para a prefeitura de captar recursos de fontes nacionais e estrangeiras. (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, janeiro 2005)

cidadania se efetiva no consumo e para tanto precisa de “bons cidadãos” que estejam inseridos nos procedimentos formais de consumo, de crédito, de recolhimento de impostos e taxas, nem que, para isso, seja necessário organizar novas políticas e sistemas específicos voltados para os segmentos mais pobres.

Na verdade, o que se assiste mais intensamente a partir de 2000 é a verticalização, rumo aos municípios, dos programas de ajuste dos Estados Latino-Americanos, levados a frente nos anos 1990 e que possibilitaram a instituição do Programa Nacional de Desestatização, PND. A partir deste processo materializou-se a transferência do patrimônio, o desmonte do poder regulador do Estado nacional.

A descentralização do PND para os Estados da federação seguiu as recomendações do BIRD através da estratégia de assistência ao país e nas ações propostas estavam pautadas no ajuste das finanças do setor público, e na necessidade de melhoria no desempenho fiscal nos níveis estaduais e para privatizar empresas públicas.

“Existe um consenso hoje de que o Brasil é um dos países mais descentralizados do mundo em desenvolvimento. Do ponto de dos recursos, antes da Constituição de 1988, o governo federal detinha 44,6% do total da receita pública, passando posteriormente para 36,5% o que representa 5,7% do PIB. A participação dos Estados no mesmo período passou de 37,2% para 40,7% (cerca de 6,3% do PIB) e a dos municípios de 18,2% para 22,8% (3,5% do PIB).” (Souza, 2007)

Em 1997 o Estado do Rio de Janeiro, no governador de Marcelo Alencar, obteve uma linha de financiamento do Banco Mundial no valor de US\$ 250 milhões, para encaminhar o Programa Estadual de Desestatização. Pode-se dizer que enquanto o I PECRJ sofreu influência direta dos consultores catalões o II PECRJ acompanhou as orientações do BIRD a partir de sua entrada no novo lugar no contexto nacional.

“O governo municipal que, no passado, atuou principalmente no planejamento e desenvolvimento urbano, agora esta sendo pressionado a começar a desempenhar um papel importante na promoção do crescimento econômico da cidade e no projeto de redes de segurança para os mais pauperizados. O objetivo do estudo é apoiar o governo municipal a traçar políticas e programas para: restaurar o crescimento econômico numa base de sustentabilidade acima da média nacional; combater a pobreza através de melhor direcionamento, de tal modo que enquanto os índices agregados de pobreza sejam reduzidos, por meio de um crescimento rápido e aqueles que permanecem na pobreza recebam assistência apropriada; manter a disciplina fiscal, estabelecendo fronteiras que ajudem a melhorar a qualidade dos serviços municipais O BIRD ressalta a necessidade da mudança de perfil em termos de financiamento internos e transferência. A solução estaria na parceria público-privada.” (Cardosa, 2007:23)

Com as repercussões diretas sobre o ajuste fiscal da cidade, está o incentivo à disseminação do princípio da focalização das políticas sociais e dos serviços urbanos de forma a diminuir a participação da concepção da universalização da assistência, introduzindo as políticas públicas compatíveis com a realidade do mercado. Medidas essas que, segundo o BIRD, se tornam necessárias, principalmente, em frente ao contexto crescente de transferência de responsabilidades sociais e urbanas para as municipalidades o que contribui, segundo o Banco, para o déficit fiscal local.

A diretriz do Banco Mundial para o ajuste urbano da cidade do Rio e, em especial, as orientações do BIRD sobre a eficiência das políticas sociais e sua focalização na população pauperizada urbana, adquire maior significado quando considerado a ausência de um projeto contra-hegemônico que possa garantir a emancipação social.

O que se pretende demonstrar é que a afirmação da ação social das empresas na questão social, mesmo levando em conta sua tendência de particularizar e considerar seus interesses próprios pode contribuir para a criação espaços coletivos através do associativismo, que efetivamente fortaleça a democracia.

3.3 Caracterização do Pólo Novo Rio Antigo

A partir da década 1990, as mudanças criadas por intervenções urbanas de caráter programático e especialmente pelo tombamento e a renovação de prédios antigos²⁴ concretizou o Projeto Corredor Cultural, que se consolidou pela abertura de novos comércios, pela instalação de novos edifícios institucionais, começaram a transformar as ruas dando um novo significado de revitalização ao Centro.

Estimulado pela concepção do I e do II PCRJ, que fomentavam na parceria público-privada uma aproximação profícua entre a Associação dos Comerciantes

²⁴ O perímetro do Corredor Histórico define uma área protegida, dividida em três setores geográficos que guardavam características homogêneas e tipologias construtivas e de uso do solo tradicionais, áreas com certa uniformidade de linguagem urbana e arquitetônica.

do Rio Antigo (ACCRA, 1992) e a subprefeitura do Rio, visou resgatar a história e afirmar a dimensão cultural do projeto. Esta iniciativa aparece como uma etapa na integração entre os bairros que constituem o espaço-patrimônio, incluindo especificamente na Cinelândia, a Lapa e a Praça Tiradentes, hoje reconhecido pelo poder público como o “Novo Rio Antigo”, proposto pela ACCRA, e criado em 2005.

“A área denominada “Pólo Novo Rio Antigo” apresenta uma população usuária de aproximadamente cerca de 2 milhões de pessoas pertencentes a diferentes camadas sociais que circulam nas avenidas, ruas, becos e praças onde edifícios de diferentes períodos abrigam usos comerciais e institucionais diversos. O poder público municipal investiu maciçamente nas obras de requalificação urbana, reurbanizando ruas, largos e praças e investindo na iluminação contratando os “*light designer*” dos edifícios mais significativos.” (Bautes, 2003)

Zygmunt Bauman, (2004), no livro “Amor Líquido”, quando fala sobre as cidades Norte Americanas, ressalta que essas cidades estão cheias de viradas de 180 graus. Ele coloca sobre a cidade de Detroit, segundo o autor observou em 1989, que as ruas ficam desertas depois de escurecer e parece uma cidade fantasma, todos preocupados com a segurança, interferindo no modo de vida das pessoas.

“Depois dos muitos anos de vacas magras, marcados pelo medo de sair à noite e pela “desertificação” que isso provocou, as autoridades urbanas dos Estados Unidos uniram-se a patrocinadores no esforço de tornar o centro das cidades novamente alegres, uma atração irresistível para farristas em potencial, com a diversão retornando às áreas centrais e visitantes diurnos sendo novamente arrastados para elas, na esperança de encontrar alguma coisa excitante, segura e inexistente nos subúrbios”. (Bauman, 2004)

Essa citação permite entender que as cidades na sua dinâmica podem sempre mudar. O que hoje é considerado violento e sujo pode ser mudado, pois o espaço público sempre vai propiciar o fortalecimento de vínculos e o encontro para disseminar novas idéias e criar o sentido coletivo.

A precariedade desses espaços pode até afastar as pessoas e que perde não é só o econômico, mas também a história que deixa de ser transformada no dia-a-dia a partir daqueles que a constroem e vêem um significado na convivência.

Em grande parte, é um movimento que traz melhorias para o local, trazendo à tona desafios e expondo as vulnerabilidades. Não se trata apenas de uma nova forma de habitação ou entretenimento, trata-se de um conjunto de medidas que

favorece a construção do espaço público, que permite influenciar o modo de vida das pessoas.

Cerca de 60 a 80 mil pessoas freqüentam mensalmente os espaços culturais e gastronômicos do centro do Rio. Desse número 10% das pessoas são turistas e estrangeiros, que adotaram a região como ponto obrigatório de diversão e lazer. Marcio D`Antoni, presidente da ACCRA, Associação dos Comerciantes do Rio Antigo diz: “queremos transformar o centro em um novo Pelourinho²⁵. Temos potencial para isso e muito mais”. Para ele o Pelourinho é um referencia positiva e como afirma Pierre (2008).

O Pólo Novo Rio é formado por vários estabelecimento da região associada ao ACCRA, SindRio, Sebrae e o Plano Estratégico da Cidade e da subprefeitura do Centro do Rio seu propósito é garantir o desenvolvimento socioeconômico para as regiões Cinelândia, Lapa, Rua do Lavradio e Praça Tiradentes.

O acordo estabelece metas de crescimento a cinqüenta micro e pequenas empresas do setor de alimentos, cultura, entretenimento e lazer para favorecer aglomerados comerciais. Algumas conquistas já foram alcançadas como a implementação de políticas de ordenamento urbano, o reforço da segurança local e as melhorias na conservação, na limpeza e na iluminação pública.

A opinião do subprefeito do Centro Histórico, Roberto Rocco, colhida na reunião, promovida pela ACCRA, em março de 2008, com presença da maioria dos empresários da localidade demonstra o quanto ele ficou impressionado com a capacidade de organização do grupo de empresários da região.

“Vocês têm visão empresarial moderna e arrojada, aliando tradição e novidade, e não trabalhando apenas focando o seu negócio, mas preocupados com a preservação do patrimônio histórico e cultural, disse ele, ao lembrar a constante mobilização de empresários para denunciar à prefeitura a demolição criminosa de casarios antigos.” (Roberto Rocco, subprefeito do Centro histórico)

A presidente da ACCRA se colocou também favorável à posição sobre a importância de mudanças na localidade:

“Queremos que o cliente possa caminhar pelas ruas com segurança e esticar seu programa de lazer, conhecendo diversas opções diferenciadas existentes na região. Além disso, ele terá a oportunidade de apreciar a bela arquitetura dos casarios antigos, muito deles bastante conservados ou já recuperados.” (Intervenção do Presidente da ACCRA numa reunião com os empresários em 2008)

²⁵ Pelourinho fica localizado na Bahia localizado no centro antigo de Salvador.

Esse depoimento mostra a preocupação dos comerciantes do local em valorizar esse espaço, atrair pessoas diferentes a partir da vocação da localidade e organização dos empresários em buscar melhorias.

O objetivo maior é congrega e organiza empresários, produtores e artistas para desenvolver ações integradas a fim de tornar o Centro do Rio Antigo uma região de excelência turística, cultural, gastronômica e de preservação. A visão estratégica é que a região possa ser reconhecida como pólo de excelência, por meio da sua diversidade, valorizando e produzindo bens imateriais destacando a identidade da alma carioca e gerando trabalho e desenvolvimento social e local.

O grupo tem uma história de tentativas de organização e experiência na busca de apoios a projetos e não contou com o apoio de entidades especializadas, nem com o poder público, apesar disso, houve iniciativas que deram certo como a Rua do Lavradio que é marcante para a revitalização do local.

“Neste sentido a revitalização urbana visa à transformação em cidades competitivas e adaptadas, ainda, que na disputa por um lugar nos fluxos e processos das redes globais do capital. “As grandes cidades devem responder a cinco objetivos: nova base econômica, infra-estrutura urbana, qualidade de vida, integração social e governabilidade” (Lamounier,1996)

A resposta a estes objetivos requer um projeto de cidade, cuja construção pode apoiar-se em elementos diferenciados. Incorporando as ações já implementadas no Pólo Novo Rio, que também partiram de uma reação conjunta do governo local e dos principais agentes econômicos na realização de uma transformação da infra-estrutura urbana.

A motivação dos empresários nasceu da convicção de que a cidade do Rio de Janeiro precisava romper o ciclo das crises institucionais, econômicas de crescimento desintegrado, ocorrido nas últimas décadas. Era preciso romper os pontos de estrangulamento e redesenhar todas as iniciativas já implementadas com vista ao crescimento do futuro da cidade.

Esta visão mostra a idéia atual de ser competitivo frente às exigências do mundo atual, que exige uma reformulação e valorização do que é peculiar tem um diferencial. O processo de revitalização já foi reconhecido pelo poder público municipal, que reconhece a eficiência da organização de alguns empresários em torno da revitalização como os atores legitimados. Porém, a precariedade, a vulnerabilidade do local não consegue ser superada apenas por iniciativas de valorização das potencialidades e estímulo ao consumo. Nesses casos há

necessidade de projetos específicos que possam dar resposta e alternativas de sobrevivência para aqueles que não conseguem mobilizar recursos. Dessa maneira, o processo social de revitalização é desigual e se confronta com a situação política local de instabilidade.

A grande motivação dos empresários em se associar é para buscar melhorias para o seu negócio e para o seu entorno foi reconhecida e considerada uma relevante ação social, pois trouxe organização e melhoria para os moradores e trabalhadores do local, assim, como uma opção de entretenimento importante para equilíbrio emocional, ocasionado pelo trabalho. Porém, nos deteremos agora na ação social voltada para os catadores de lixo. Os empresários não se limitaram apenas à tarefa de repreendê-los ou expulsá-los, mas buscavam também a construção de um projeto que visava soluções dignas de sobrevivência para essa população.

Neste sentido o Pólo Novo Rio organizou uma ação social específica e voltada para os catadores de lixo da região, projeto “Jogue Fora Limpo”, que contou com a parceria das entidades de classes já envolvidas, a subprefeitura e agora agregando a Comlurb, Companhia de Limpeza Urbana²⁶. O projeto “Jogue Fora Limpo” tem como foco de trabalho à população de rua e os catadores de lixo da região, que na maioria das vezes são os mesmos grupos, a conscientização dos empresários e a comunidade sobre a problemática do meio ambiente, a necessidade da coleta de lixo e, conseqüentemente, a diminuição dos lixos na rua.

A estratégia do projeto “Jogue Fora Limpo” está baseado em três vertentes: a primeira ligada às empresas, a segunda ao poder público e a terceira aos catadores. Os eixos se apóiam na coleta seletiva, sensibilização dos empresários e destinação do próprio lixo (Anexo- 1).

Esse projeto, lançado em 2007, está na fase inicial. É um projeto abrangente que envolve o poder público, além das empresas, atuando em parceria em prol dessa população mais carente. O projeto conta com as empresas envolvidas que compõem o Pólo em parceria com a Comlurb, Sebrae e a Subprefeitura. O seu lançamento foi no primeiro semestre de 2007, mas os resultados das ações ainda

²⁶ A Comlurb é uma sociedade de economia mista que tem a finalidade de executar projetos específicos de renovação urbana que possam ter impacto no desenvolvimento econômico, social e cultural do município, em áreas consideradas como de especial interesse urbano e turístico.

não visíveis, porém, o que chama atenção é a sua amplitude e as estratégias são bem diversificadas.

A estratégia em ação consiste no trabalho de sensibilização que tem sido fundamental com os empresários, pois essas mudanças só poderão ser efetivas quando houver o entendimento que a mudança de comportamento pode contribuir realmente para melhoria do seu entorno. Para isso são realizadas palestras, campanhas com distribuição de material de divulgação e visitas monitoradas, disseminando a importância da coleta seletiva e da responsabilidade social na destinação desse lixo.

O envolvimento do empresário com o setor público tem ocorrido não para enfrentar, realmente, os problemas, mas sim, para colaborar com problemas. Por exemplo, se um grupo de catadores estiver na frente de qualquer estabelecimento, o empresário pode reclamar por telefone com a subprefeitura que no mesmo dia vai ser tomada uma providência de afastar essa população que para eles é incomoda. Isso é a representação do quanto é importante esse modelo de administração descentralizada, no que se refere a uma ação pontual sem desdobramentos efetivos.

O trabalho direto com os catadores de lixo também não foi implementado e somente algumas ações estão sendo desenvolvidas. Essa é uma das dificuldades por se tratar de uma população desconfiada das iniciativas em relação aos empresários, pois nem sempre se sentem beneficiados com as iniciativas. As ações com os catadores se centram em estratégias que incentivam a organização a trabalharem em conjunto em cooperativas. Estas cada vez mais estão se equipando e se instrumentalizando para atrair os catadores de lixo de modo que algumas oferecem comida e até um dormitório para repouso.

Os catadores de lixo podem ser classificados em catador trecheiro, catador individual, catador organizado. O catador trecheiro é o que vive entre um bairro e outro, catam lata para comprar comida; o catador individual é que cata por si, prefere trabalhar independentes, puxam carrinhos muitas vezes emprestados pelo comprador que é sucatear; o último é o catador organizado, legalizado ou em fase de legalização para ser filiado a alguma cooperativa, associação, ONGs ou OSCIPs²⁷.

³⁸ Site: www.catadoresdelixo.com.br

No Centro do Rio há os três tipos de catadores: o catador trecheiro, o catador individual e o catador organizado. Vale ressaltar que o projeto “Jogue Fora Limpo” busca dar apoio a cooperativas da localidade que tem como foco não o catador de rua, que está um dia aqui outro não e revira os lixos dos comerciantes e dos prédios, perfil do catador trecheiro, mas sim, aquele que busca se organizar e encontra no lixo uma renda e uma profissão.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico realizada pelo IBGE em 2000, é coletado no Brasil diariamente 125.281 mil toneladas de resíduos domiciliares e 52,8% dos municípios brasileiros dispõem seus resíduos em lixões.

No processo de apropriação competitiva da cidade a permanência na rua e a maneira como os catadores trecheiros se comportam não é interessante para ninguém, utilizar as vias públicas como espaço privado de sobrevivência e reprodução de sua existência, criando situações de limites entre poder público e a sociedade. O lixo manipulado e estocado nas esquinas pelos catadores de papel, por exemplo, leva a um uso dos logradouros públicos que restringe a possibilidade de ir e vir de muitas pessoas, além do terrível incômodo da deterioração das condições de limpeza da cidade.²⁸

Isso pode explicar a natureza das ações, junto a essa população de rua de um lado a preocupação com a construção de um projeto de inclusão social que favorece uma alternativa de organização, de outro, de natureza repressiva querendo afastar qualquer representação de vulnerabilidade social.

É sabido que há violência e segregação em albergues. Por isso, a iniciativa do projeto “Jogue Fora Limpo” tem uma importante preocupação em dar um caminho digno, adequando à realidade dessa população que busca sobrevivência naquilo que ninguém mais quer e descarta o lixo.

A idéia do projeto “Jogue Fora Limpo” contou com um grande reforço, a lei n. 5.940 de 2006²⁹ que instituiu como obrigação e responsabilidade o destino de qualquer resíduo gerado pelo estabelecimento comercial. Como norma da própria Comlurb o recolhimento do lixo é feito com hora marcada devendo o comerciante se adequar, para não atrapalhar o trabalho da coleta e da movimentação da rua.

²⁸ IBID

²⁹ O Decreto lei n. 5940, de 25 de outubro de 2006 – Instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências.

Conforme a proposta do “Jogue Fora Limpo” o resíduo deve ser separado e encaminhado a alguma ONG, a metodologia operacional é feita de porta a porta uma vez por semana, no mesmo horário. O material a ser descartado deve estar acondicionado em sacos transparentes para melhor identificação dos materiais separados potencialmente reciclável, evitando a mistura de lixo com matéria orgânica ou materiais não recicláveis.

A ONG, cooperativa, associação ou OSCIP que recebe os resíduos deve desenvolver ações onde os catadores possam se envolver. Segundo a posição da consultora do Sebrae, o catador deve trabalhar na seleção desse resíduo e fazer alguma atividade. Há alguns limites como a não capacitação para o artesanato com esse material, porque o material utilizado é muito pouco e oficina de geração de renda apesar de ser interessante tem o impacto ainda pequeno. A posição é afastar o catador totalmente do Centro do Rio e transformar o resíduo em sustento de forma digna e reconhecida.

A idéia é formar uma rede e fortalecer os grupos de catadores na busca de quantidade, qualidade e frequência que são algumas imposições do mercado de reciclagem. Em rede com certeza o grupo poderá conseguir preços mais atraentes pela possibilidade de maior quantidade e assim, poderem otimizar a coleta.

O projeto “Jogue Fora Limpo” foi concebido dentro do Pólo Novo Rio e tem como objetivo de fortalecer a adesão de todos à causa do lixo e da reciclagem, fazendo com que cada um se transforme num agente mobilizador de cuidados com o patrimônio cultural do Centro do Rio.

Para melhor compreensão da participação desses empresários na definição do projeto “Jogue Fora Limpo”, transcrevemos alguns depoimentos colhidos a partir de perguntas diretas para saber mais sobre o que motivou o projeto.

“O reconhecimento dessa ação é rápida, só afastar os catadores de lixo da nossa porta já é muita coisa. Às vezes você vê a pessoa atenciosa com os catadores e não sabem que todos são drogados e violentos. É fácil ter pena quando não lhe atinge diretamente”. (Empresário do Mercado Moderno entrevista março 2007)

Esse depoimento é significativo, pois mostra o dia-a-dia do empresário que é atingido diretamente com a presença do catador de lixo ou do morador de rua, para eles a repressão e o afastamento pode ser a solução. Os interesses econômicos em rápido crescimento reforçam a potencialidade do local, produz um

mercado de concorrência, que essa população representa o empecilho e tudo aquilo que não é desejado.

No próximo depoimento é possível perceber o sentimento de intolerância, de repressão e de afastamento, mas é possível reconhecer também espaços legítimos, que podem dar conta das demandas dessa população. “As ONGs, as instituições estão aí para isso. Temos que repassar tudo para elas.” (Empresário - abril 2007)

É imperativo que o apoio aos catadores seja associado ao protagonismo deles e a construção dos processos que os envolvam socialmente. Catadores são vítimas de preconceito por parte de todos da sociedade, por estarem associado ao lixo àquilo que é ruim, tem odor e ninguém mais deseja.

No próximo capítulo nos deteremos nas ações sociais dos micro e pequenos empresários e sua ótica sobre os moradores de rua e catadores de lixo que circulam no Centro do Rio e também na visão dos catadores e moradores de rua sobre essas ações. Como vimos o Centro do Rio, além de uma ótima infraestrutura e um enorme potencial cultural, exhibe cenas típicas que estão distante daquilo que todos desejariam para se ter próximo são os pobres, e porque não dizer muito pobres, que vivem na rua em busca de sobrevivência diária, convivendo com um centro moderno valorizado, mas pertencentes a um mundo bem diferente.